

CONTABILIDADE

AS CARACTERÍSTICAS DO TECIDO EMPRESARIAL DETERMINAM NECESSIDADES ESPECÍFICAS E DEFINEM UM UTILIZAR PADRÃO PARA A INFORMAÇÃO FINANCEIRA: EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues
peixinho@ipb.pt
Amélia Maria Martins Pires
amelia@ipb.pt
Instituto Politécnico de Bragança
Departamento de Economia e Gestão da ESTIG
Campus de Santa Apolónia
Apartado 134
5301-857 Bragança

ABSTRACT

There is evident that the accounting, and information system, exists for satisfy informative needs. In theory, the accounting should satisfy the different needs of the stakeholders. However, the empirical evidence and the interpretation of the theory have shown that there is need of carry out option, at least in function of the user standard. Thus, we develop the present work where pretended analyze that measure the characteristics of the environment, in particular, the business characteristic, determine specific needs and user standard. The methodological line adopted in this study is based in the definition of an instrument of collecting and evaluation under the form of questionnaire.

KEYWORD: financial accounting, user standard the financial accounting, accounting information system

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade surge-nos vulgarmente apresentada como uma ciência aplicada à realidade e, simultaneamente, consequência dessa mesma realidade. Se nos centrarmos no seu objecto de estudo, o património, e no seu fim, a evidenciação, para um determinado período, da expressão e grandeza desse mesmo património, temos a contabilidade como uma ciência aplicada a uma dada realidade e com um objectivo muito específico – dar a conhecer essa realidade.

Este entendimento contraria, de certa forma, a teoria contabilística. Por exemplo, a Estrutura Conceptual (EC)¹, ao referir que “as demonstrações financeiras preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes”² deixa sugerir que a contabilidade tem um objectivo genérico – fornecer informação útil para responder a necessidades que vão desde a avaliação dos níveis de solvabilidade de uma entidade até à necessidade de se avaliarem os níveis de desempenho e zelo do seu órgão de gestão, passando pela sua utilidade enquanto meio de suporte ao processo de determinação das políticas fiscais ou de regulação dos diferentes sectores e entidades.

É por demais evidente que a contabilidade, enquanto sistema de informação, existe para satisfazer necessidades informativas. Neste contexto, a informação proporcionada pela contabilidade financeira surge particularmente orientada para o exterior e, dentro deste quadro, justificada no âmbito das ciências sociais, como uma ciência aplicada à realidade social e uma consequência desta. Porém, os fins para os quais ela pode resultar útil são tantos e tão variados que cada vez mais se tem questionado a teoria e defendido que a contabilidade, enquanto ciência aplicada à envolvente e por esta condicionada, está muito mais vocacionada para responder a necessidades específicas dessa mesma realidade do que a um objectivo genérico – ser útil para os “stakeholders”.

¹ §1 do prefácio da Estrutura Conceptual (EC) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

² Sublinhado nosso.

Como é que ela será capaz de oferecer uma resposta adequada a um objecto tão amplo quanto as necessidades de todos os seus utilizadores? Não terá antes a contabilidade que fazer opções? Na perspectiva dos anglo-saxónicos, a questão não parece problemática por isso mesmo. Ao tomarem como utilizador preferencial o investidor assumem, implicitamente, que uma vez satisfeitas as necessidades deste grupo as dos demais resultarão igualmente satisfeitas.

Ora, a convicção sobre a necessidade de se fazerem opções cresce à medida que nos centramos na interpretação do conhecimento contabilístico em busca de soluções para a resolução de problemas concretos. Por exemplo, em economias onde o peso das pequenas e médias empresas (PME) é esmagador, onde se tende a confundir propriedade e gestão, será que é no investidor que a informação financeira concentra a sua grande preocupação? A percepção da sua maior ou menor qualidade estará dependente das necessidades dos investidores? Naturalmente que não.

Partindo do princípio de que há necessidade de se fazerem opções, pelo menos no que respeita ao utilizador preferencial, desenvolvemos o presente trabalho que tem como objectivo central avaliar em que medida as necessidades dos utilizadores da informação financeira se encontram condicionadas pelas características do tecido empresarial.

Para tanto, para além desta introdução e das possíveis conclusões, dividimos a nossa abordagem em duas grandes partes. Uma primeira, que designamos de enquadramento teórico, onde procuraremos contextualizar o tema com a teoria contabilística, suportada na revisão da literatura, de forma a ajudar a identificar quais os elementos da envolvente suficientemente capazes de exercerem influência significativa sobre o sistema contabilístico e, conseqüentemente, sobre a informação financeira produzida e divulgada. A segunda, que consubstancia a recolha de evidência empírica com base num estudo exploratório, procuraremos objectivar em que medida as características da envolvente e, em particular, as do tecido empresarial, determinam necessidades específicas e, conseqüentemente, um utilizador tipo. A linha metodológica adoptada assentou na definição de um instrumento de monitorização e avaliação sob a forma de questionário.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. A TEORIA CONTABILÍSTICA E AS SUAS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES

A contabilidade deverá ser entendida como uma ciência social que tem por objecto de estudo o património e as suas variações nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. Admitindo que o que caracteriza genericamente as ciências sociais é o terem o homem por objecto, em si e relativamente aos seus actos, poder-se-á depreender que a contabilidade estuda a acção do homem e os seus efeitos sobre o património de uma entidade. Se pretendermos enquadrar a contabilidade dentro das ciências puras, ela segue um caminho de busca da verdade acerca do seu objecto de estudo, ou seja, uma preocupação pela obtenção do saber pelo saber. Já, enquanto ciência aplicada, a contabilidade procura utilizar conhecimentos consolidados na solução de problemas concretos (SCHWES, N. 1991).

Ora, é precisamente aqui que acreditamos dever situar a contabilidade, dentro da perspectiva das ciências aplicadas e no âmbito da qual são definidos os seus objectivos, seja para ser utilizada como um sistema de informação para a gestão, para a tomada de decisões de investimento, de financiamento ou de simples tributação. E, é também dentro deste âmbito que há necessidade de assumir a existência de condicionalismos suficientemente capazes de poderem comprometer uma interpretação e aplicação isenta do conhecimento disponível. É que, a procura de soluções para problemas concretos exige uma interpretação que é pessoal e que, por isso, pode resultar condicionada e influenciada pelos valores de quem interpreta e pelas características dos agentes envolvidos (contexto). Ou seja, o processo de interpretação do conhecimento contabilístico consolidado é conjecturado. As soluções contabilísticas respondem às necessidades sociais e são por estas simultaneamente influenciadas.

Esta interdependência é bem visível na metodologia geralmente apontada para a construção e interpretação da EC da contabilidade financeira. Por exemplo, TUA, J. (2000) refere que a EC seguirá o itinerário lógico-dedutivo, num processo natural de interpretação da teoria contabilística, a partir das características da envolvente, o que será o mesmo que dizer que o corpo da EC, que suporta o processo de preparação e interpretação da informação financeira, se deverá apresentar como uma resposta às necessidades dos utilizadores dessa mesma envolvente. Porém, quando TUA, J. (1995) conceptualiza a EC como uma interpretação da teoria

geral da contabilidade, está, implicitamente, a assumir que a teoria contabilística pode ser objecto de diferentes interpretações, em função das características da envolvente.

Na mesma linha, a EC do IASC (1989)³, que nos surge apresentada como um sistema coerente de objectos e de fundamentos inter-relacionados que conduz a normas consequentes e que prescreve a natureza, funções e limites da contabilidade e relatórios financeiros, está, implicitamente, a assumir que os objectivos estão em coerência com a envolvente e que a natureza, funções e limites da contabilidade e dos relatórios financeiros estão a ela subjugados. O que será o mesmo que dizer que o ponto de partida e o objectivo que preside à preparação da informação financeira condicionam o seu conteúdo.

Esta convicção cresce à medida que nos centramos na interpretação do conhecimento contabilístico consolidado para a busca de soluções para questões concretas, porque confrontados com uma necessidade sistemática de desenvolver um exercício de interpretação e de opção. É a própria interpretação da EC que nos conduz para esta perspectiva, na medida em que, não obstante referir, §1 do prefácio, que as demonstrações financeiras devem responder às necessidades comuns da maior parte dos utentes determina, no §2, que:

“as demonstrações financeiras são a maior parte das vezes preparadas de acordo com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito de manutenção do capital financeiro nominal.

“Isto não significa que outros modelos e conceitos não pudessem ser mais apropriados, a fim de ir ao encontro do objecto de proporcionar informações específicas”.

Neste enquadramento, a ideia de que as demonstrações financeiras devem ser úteis para um conjunto alargado de utilizadores com interesses diversos não parece dispor de grande sustentação, não obstante ser sistematicamente enfeitada pela teoria. Segundo KERLINGER, F. (1980), uma teoria deve ser entendida como um conjunto de conceitos, definições e proposições relacionadas entre si, que representam uma visão sistemática de fenómenos e que especificam relações entre as variáveis, com o objectivo de prever e explicar a realidade (fenómeno). Daqui se depreende que a teoria é aplicável, tem objectivos pragmáticos e existe para ajudar a entender e a compreender o que aconteceu (compreensão do fenómeno). Desta interpretação se depreende que diferentes teorias conduzem a diferentes interpretações e, consequentemente, a resultados não inteiramente coincidentes.

Numa digressão breve pelo período científico da contabilidade, é possível identificar três paradigmas – legalista, económico e utilitarista – em torno dos quais a sua evolução e justificação se foi apoiando (CRAVO, D., 1991). De forma breve, é possível identificar, para cada um deles, os seguintes princípios orientadores:

- De acordo com o legalista, a contabilidade dá prevalência à forma legal dos factos sob a sua substância económica;
- Por seu turno, o económico vem privilegiar a visão económica, ao vincular a informação contabilística ao conhecimento da realidade económica. Foi precisamente sob esta perspectiva que a contabilidade ganha consciência que a busca de um modelo único para a medição do resultado e da situação económica da empresa resultaria infrutífera. Como oferecer uma verdade única se aqueles para quem se dirigia eram variados e com interesses diversos e por vezes contraditórios? O paradigma económico colocaria, assim, o primeiro grande obstáculo na evolução da regulamentação contabilística e que marcaria a entrada da contabilidade numa nova era;
- A perspectiva utilitarista, como uma consequência natural do reconhecimento da importância dos utilizadores da informação financeira e, nessa circunstância, da utilidade e necessidade de considerar as suas necessidades para a construção do modelo contabilístico.

É, pois, sob este paradigma que a contabilidade ganha uma nova dimensão e também maiores desafios, desde logo pelas interrogações que se lhe colocam. Ao partir de envolventes diferentes terá ou não que satisfazer, preferencialmente, as necessidades dos principais agentes de cada envolvente? Sob esta interrogação, estará ou não a admitir a necessidade de desenvolver um exercício de opção entre os utilizadores e suas necessidades? Impõe-se, dentro deste quadro de análise, uma reflexão sobre se há ou não utilizadores preferenciais. A possibilidade de se poder conjecturar sobre estas questões torna válida a assunção de que não existe informação contabilística neutra e imparcial porque, na fase da formulação dos princípios basilares desta disciplina, existe sempre uma certa dose de escolha, pelo menos no que respeita aos destinatários preferenciais da informação (CRAVO, D., 1991).

³ Estrutura Conceptual do IASC, aprovada pelo conselho do IASC em Abril de 1989 e adoptada pelo IASB em Abril de 2001.

Por outro lado, se nos centrarmos na interpretação das diferentes teorias contabilísticas, verificamos que os objectivos da contabilidade se vão alterando em função da teoria que a sustenta (IUDÍCIBUS, S., 1997). Por exemplo, se partirmos da teoria do proprietário, que o autor apresenta como a abordagem mais antiga, verificamos que a contabilidade persegue como fim máximo a determinação do património líquido do proprietário. Porém, se a análise for desenvolvida sob a perspectiva da teoria da entidade, o seu cerne está na entidade. O resultado é da entidade, que apresenta vida e interesses distintos da dos seus proprietários, porque entendida como uma organização que dispõe de gestão e propriedade separada e, por isso, sem necessidade de identificar os seus promotores (proprietários). É sob esta perspectiva de interpretação que é possível identificar o carácter dinâmico da entidade e com base no qual se reconhece a sua natureza social, isto é, que a entidade nada mais é do que uma organização que age em nome de um conjunto diversificado de interesses (os da envolvente) porque mantida para benefício de muitos.

Vale tudo isto por dizer que se procurarmos desenvolver a observação e interpretação do fenómeno patrimonial a partir da teoria podemos encontrar diferentes respostas, consoante se assente na teoria da entidade ou na do proprietário, o que, também, nos ajuda a compreender as dificuldades que ao longo dos tempos se têm colocado acerca da compreensão do objectivo das demonstrações.

2.2. A ENVOLVENTE E A SUA INFLUÊNCIA NA CONTABILIDADE

Serão as características da envolvente, onde se inscrevem as características do tecido empresarial, que condicionam e determinam, em grande medida, as características do sistema contabilístico e que IGNACIO e JARNE (1997) nos apresentam como sendo o resultado de:

“um conjunto de factores intrínsecos ao próprio sistema (agentes internos) que, através da modelização de que são objecto por meio das suas próprias inter-relações e das influências do exterior (agentes externos), formam um “todo” devidamente estruturado, capaz de satisfazer as necessidades que são atribuídas à função contabilística, nos diferentes âmbitos”.

Ou seja, apresentam-nos o sistema contabilístico como o resultado da conjugação de um conjunto de factores internos, que se desenvolvem dentro do próprio sistema, e externos, que sobressaem da própria envolvente, os designados elementos culturais do modelo, consubstanciados nas suas práticas de valorização e de divulgação, e que não são mais do que o resultado das influências externas provocadas pelo sistema legal, pelo desenvolvimento económico e a tipologia empresarial, pelos financiadores, pela maior ou menor influência do sistema fiscal e, conseqüentemente, pelos utilizadores da informação financeira. Ou seja, assumem o sistema contabilístico como o resultado da conjugação de diferentes factores, o que será o mesmo que admitir que, no limite, existirá um modelo contabilístico para cada envolvente. A assunção de realidades diferentes justifica, necessariamente, diferentes necessidades.

Segundo MULLER, G. (1967) estas influências podem ser sintetizadas a partir de quatro factores, a saber:

- Desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento dos negócios;
- Convicção política; e
- Sistema legal.

Em trabalho posterior, mas dentro do mesmo quadro de análise, MULLER, G. et al. (1999), apresentam a informação financeira sob a perspectiva das necessidades dos fornecedores de capital, ou seja, como nem todas as empresas são iguais, desde logo no que respeita à sua dimensão, também as suas necessidades de capital serão diferentes, o que tem implicações directas na estrutura tipo de capital e nas fontes de financiamento utilizadas. Segundo KROEBER, L. e KLUCKHOHN (1952) a cultura, que definiram como um conjunto de padrões explícitos e implícitos de e para o comportamento humano, é a razão das principais realizações distintas do ser humano e o produto da sua acção e principal condicionador. Com base nesta convicção, JAGGI, B. (1975) levantou a hipótese de os gestores, movidos por diferentes valores, em função da envolvente do seu país, condicionarem a sua acção e, conseqüentemente, a informação financeira. Para GRAY, J. (1988), a cultura é também um dos principais elementos diferenciadores, pelo desenvolveu um trabalho de classificação dos sistemas contabilísticos com base nos aspectos culturais, partindo dos seguintes quatro eixos:

- Desenvolvimento da norma: influência da profissão versus controlo estatal;
- Característica da norma: tendência para a uniformidade versus flexibilidade;
- Modelo valorimétrico: conservador versus optimista;

— Modelo de relato: secretismo versus transparência.

Em linha com as conclusões que apontam para a maior influência dos aspectos culturais na preparação da informação financeira estão as conclusões de NOBES, W. e PARKER, H. (2006), que chamam a atenção para o facto de a maioria dos países em desenvolvimento seguirem práticas de contabilidade e de divulgação da informação financeira muito próximas das dos seus colonizadores.

Por seu turno, GASTIL, D. (1978) conclui pela existência de outras variáveis, designadamente a forte influência que pensa poder ser exercida pelo padrão de desenvolvimento económico e dos mercados de capitais. Para o autor, um sistema económico desenvolvido exige uma infra-estrutura contabilística igualmente desenvolvida e suficientemente capaz de captar informação relevante, necessária para informar acerca da produtividade e do desempenho dos diversos sectores. Em concordância, quando os mercados de capitais são muito desenvolvidos e se constituem numa importante fonte de financiamento, o sistema contabilístico tende a produzir informação em quantidade e qualidade suficiente para dotar esses mercados da necessária transparência e confiança para os investidores. Pelo contrário, quando a banca se assume como a forma de financiamento mais procurada, o sistema contabilístico preocupa-se fundamentalmente com a apresentação e divulgação completa de informação acerca da formação do resultado e da sua distribuição, no sentido de oferecer total informação aos credores sobre a forma como irão recuperar os seus créditos.

Em trabalho posterior, NOBES, W. (1998) vem alerta para a facilidade de identificar diferenças nos sistemas contabilísticos a partir da observação das características do sistema legal e da maior ou menor dimensão e influência das entidades reguladoras. Refere que, por exemplo, em países com um sistema legal do tipo “common-law”, como é o caso dos Estados Unidos, as normas não configuram leis mas antes recomendações, em contraponto com Taiwan, onde as práticas contabilísticas integram o sistema jurídico-legal do país. Quanto às entidades reguladoras, refere que em países como os Estados Unidos, Reino Unido ou Austrália, se verifica existir uma enorme proliferação, ao contrário do que se verifica em países como a França ou a Alemanha, onde estes organismos surgem em número muito reduzido. Dentro deste particular apresenta o Reino Unido como um exemplo de um país onde a contabilidade funciona como uma disciplina independente, pragmática e assente em princípios de equidade, ao contrário da Alemanha, onde os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação se apresentam como o resultado da aplicação de princípios de regularidade e legalidade.

Mais recentemente, WAHRISCH, M. (2001) vem juntar as influências do sistema fiscal na definição das políticas contabilísticas. Refere, a este respeito, que os Estados Unidos constituem um bom exemplo de independência da lei fiscal relativamente à regulamentação contabilística, ao contrário do que se verifica em muitos países da Europa continental onde, ainda que em graus diferentes, o direito tributário e a regulamentação contabilística tendem a misturar-se e/ou a confundir-se. Para o autor este elemento é muito importante por estar convencido de que a lei fiscal exerce influência significativa na forma como os indivíduos e as empresas se comportam.

Verificamos, assim, que a partir das fontes empíricas disponíveis são, genericamente, vários os factores que vêm sendo identificados como elementos influenciadores e condicionadores dos sistemas contabilísticos, ainda que muitos autores estejam de acordo que as principais influências se façam sentir a partir de um número mais reduzido de variáveis (MUELLER, G. 1967 e WAHRISCH, M. 2001) como sejam:

- Sistema legal;
- Características do tecido empresarial;
- Fontes de financiamento; e
- Estreita ligação entre contabilidade e fiscalidade.

2.3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SISTEMA CONTABILÍSTICO PORTUGUÊS

Em conformidade com o que aduzimos no ponto 2.2. e partindo da metodologia utilizada por GRAY, J. (1988) para a classificação dos sistemas contabilísticos, com base nos aspectos culturais, vamos proceder a uma breve caracterização do sistema contabilístico português a partir dos seguintes eixos de investigação:

- Desenvolvimento da norma: influência da profissão versus controlo estatal;
- Característica da norma: tendência para a uniformidade versus flexibilidade;
- Modelo valorimétrico: conservador versus optimista;
- Modelo de relato: secretismo versus transparência.

i. Desenvolvimento da norma

Em Portugal, o normativo é desenvolvido pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), órgão dependente do Ministério das Finanças, pelo que a sua dependência estatal é do tipo umbilical. O normativo contabilístico nacional enquadra-se na designada “corrente legalista”, caracterizada pela predominância de códigos legais. É, por isso, um sistema contabilístico caracterizado pela existência de normas altamente prescritivas, detalhadas e processuais e que se apresentam sob a forma de leis nacionais.

ii. Características da norma

Nesta conformidade, o sistema contabilístico português enquadra-se na designada “corrente legalista”, com normas dominadas pela expressão “deverás”, a que corresponde o padrão mínimo de comportamento esperado. É, por isso, um sistema contabilístico caracterizado pela uniformidade e, conseqüentemente, existência de normas altamente prescritivas e detalhadas e que, por isso, não deixam dúvidas no momento da sua interpretação.

iii. Modelo valorimétrico

Em Portugal as práticas contabilísticas tendem a ser altamente conservadoras, fundamentalmente preocupadas com a protecção dos credores e com as exigências governamentais, nomeadamente no que respeita à determinação do imposto a pagar. Esta tendência tende, de certa forma, a “mascarar” a essência das transacções, seja por subavaliação dos activos seja por sobreavaliação dos passivos.

iv. Modelo de relato

De acordo com o IAPMEI (2008), as PME dominam a estrutura empresarial em Portugal, onde representam 99,6% das unidades empresariais constituídas sob a forma de sociedades, das quais 97,3% são micro e pequenas entidades.

A reduzida dimensão das empresas, a par da simplicidade das operações que desenvolvem e da inexistência de modelos de gestão muito sofisticados não colocam grandes exigências ao nível dos sistemas de informação. Por outro lado, é característica do tecido empresarial português a concentração entre a propriedade e a gestão, o que tem feito que com estas empresas apresentem características muito fechadas, fazendo jus à máxima de que “o segredo é a alma do negócio”.

Na verdade, o padrão de desenvolvimento dos sistemas de informação contabilística tende a ser baixo em países onde as empresas e os negócios sejam pouco sofisticados, como é o caso de Portugal. Em tecidos empresariais com estas características as necessidades de muitos utilizadores são, geralmente, satisfeitas de forma muito directa, em muitos casos pela existência de um relacionamento estreito e de conhecimento pessoal, o que faz com que as necessidades de divulgar informação sejam diminutas.

Ora, com um tecido empresarial com estas características importa, no quadro dos objectivos que presidem a este estudo, procurar saber se a importância da informação financeira, enquanto meio de suporte ao processo de tomada de decisão, é percebida e reconhecida por estas entidades. Neste particular, há autores para quem, atendendo à reduzida dimensão dos negócios e à concentração entre propriedade e gestão, o processo de tomada de decisão assenta, fundamentalmente, na intuição do empresário, no improviso ou em sentimentos (KASSAI, R., e KASSAI, S. 2001). SCHOLLES, S. et al. (1990) e DECHOW, M. et al. (1995) afirmam que nos casos onde é possível identificar influência do sistema fiscal as empresas tendem a adoptar soluções contabilísticas que permitam potenciar os benefícios fiscais. Este efeito tende a ser tanto maior quanto maior a influência da fiscalidade na contabilidade.

Assim, e não obstante os esforços que têm sido empreendidos ao longo dos últimos anos, no sentido de aproximar a regulamentação contabilística nacional daquelas que se pensa serem as melhores práticas internacionais, a verdade é que as principais características do nosso modelo contabilístico têm sobrevivido a todas essas influências. O que equivale por dizer que as características da envolvente falam sempre mais alto, nomeadamente na fase da definição dos princípios orientadores do modelo para efeitos de reconhecimento, mensuração e divulgação.

3. AS NECESSIDADES DOS “STAKEHOLDERS” E AS CARACTERÍSTICAS DO TECIDO EMPRESARIAL: EVIDÊNCIA EMPÍRICA

3.1. PRESSUPOSTOS DO ESTUDO

3.1.1. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E ANÁLISE

No objecto de estudo, a definição da unidade de análise deve ser precedida da evidenciação dos elementos contextuais que nos ajudem a compreender a opção pela escolha da amostra que serve de base ao desenvolvimento do trabalho. Neste enquadramento, vamos centrar o desenvolvimento do nosso estudo numa amostra possível, em função do número de respostas obtidas, e que pretendemos que seja representativa do tecido empresarial português.

A linha metodológica adoptada assentou na definição de um instrumento de monitorização e avaliação sob a forma de questionário especialmente dirigido ao responsável pela contabilidade das entidades inquiridas – o Técnico Oficial de Contas.

A opção pelo questionário recaiu no facto de se considerar este processo como o principal meio de recolha de informação relacionada com os objectivos da investigação (COHEN et al, 2007). Acreditamos tratar-se de um instrumento que permite uma melhor sistematização dos resultados obtidos e, consequentemente, numa maior facilidade de análise.

3.1.2. DEFINIÇÃO DAS FINALIDADES A PROSEGUIR E SUAS LIMITAÇÕES

O suporte para o desenvolvimento do estudo encontra-se na unidade de análise (amostra), a partir da qual se vai procurar obter a necessária evidência empírica acerca da influência das características do tecido empresarial na hierarquização dos utilizadores da informação financeira.

Com efeito, procurar-se-á objectivar, através do trabalho realizado, não só a influência que as características do tecido empresarial poderão exercer sobre os utilizadores da informação financeira como compreender e sistematizar a possível generalização da situação observada, de modo a poder-se sustentar a aceitação da ideia de que as características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e, consequentemente, um utilizador tipo.

Porém, atendendo à concentração, em termos geográficos, das entidades inquiridas e ao número de respostas conseguidas, entendemos que tão amplo objectivo poderá, por hora, ficar comprometido. Assim, e em face de tal limitação, assumimos o presente trabalho de investigação mais como um estudo exploratório, cujas conclusões carecem de validação posterior, a partir de uma amostra mais ampla e dispersa. Ou seja, um maior alcance para estas conclusões e o ultrapassar destas dificuldades poderá acontecer com investigação contínua, em que trabalhos posteriores poderão validar ou alterar as conclusões de estudos exploratórios.

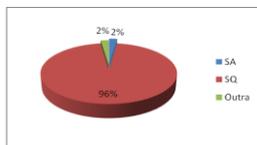
3.2. FUNDAMENTOS PARA A APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES E SUA SUSTENTAÇÃO

A investigação foi suportada num questionário que preparámos para o efeito, tomando por base os seguintes pontos de observação:

4. Elementos caracterizadores da amostra, com o objectivo de assegurar que as entidades escolhidas respeitam o pressuposto de partida, ou seja, que a amostra é suficientemente representativa do tecido empresarial português (formado maioritariamente por pequenas e muito pequenas entidades);
5. Elementos de observação intrínsecos à amostra, a que corresponde o corpo central do questionário, em concordância com a prossecução do objectivo desta investigação – testarem a orientação da informação financeira em função das necessidades de um utilizador tipo; e
6. Elementos de observação correlacionados com a amostra, especialmente desenvolvidos para contrastar e reforçar as conclusões extraídas a partir das respostas conseguidas às questões que compreendem o corpo central do questionário.

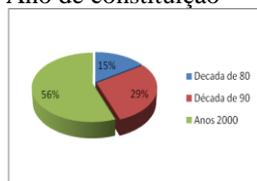
A partir destes três eixos de investigação construámos o questionário de investigação, que submetemos a 60 entidades do distrito de Bragança e das quais obtivemos 45 respostas. Foram as seguintes as questões colocadas e os resultados obtidos:

1. Estrutura Jurídica



96% das entidades inquiridas são sociedades por quotas encontrando-se, os restantes 4% distribuídos, em partes iguais, por sociedades anónimas e empresários em nome individual.

2. Ano de constituição



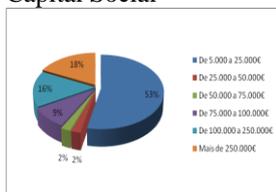
As entidades inquiridas dispõem de um historial não muito longo, na medida em que 85% do total da amostra conta com menos de 20 anos de existência. De entre elas, 56% foram criadas depois do ano 2000 e as restantes 29% na década de 90.

3. Sector de actividade



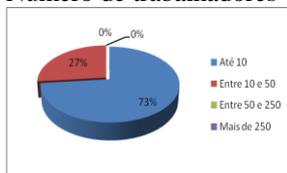
As entidades inquiridas encontram-se distribuídas pelo comércio (38%), serviços (35,%) e indústria (26,5%).

4. Capital Social



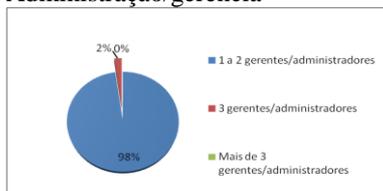
Na sua esmagadora maioria é exíguo, em 53% dos casos a situar-se abaixo dos 25.000€. Apenas 18% das entidades inquiridas apresentam um capital superior a 250.000€.

5. Número de trabalhadores



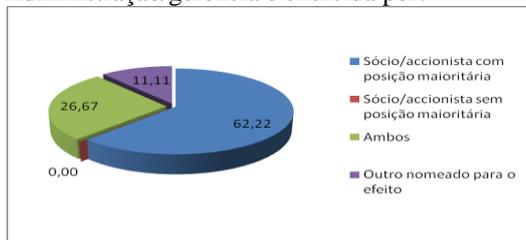
Situa-se, em 73% dos casos, abaixo dos 10 trabalhadores, 27% a corresponderem ao intervalo 10 a 50 trabalhadores e 0% para os demais, o que equivale por dizer que a nossa amostra é constituída por micro e pequenas entidades.

6. Administração/gerência



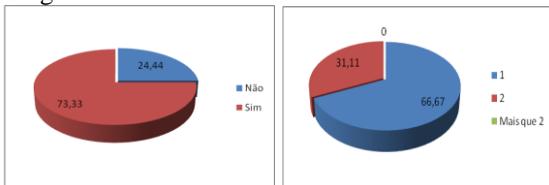
Encontra-se concentrada num reduzido número de pessoas. Em 98% dos casos é exercida por um a dois elementos o que se encontra justificado pela reduzida dimensão das entidades em integram a amostra.

7. Administração/gerência é exercida por:



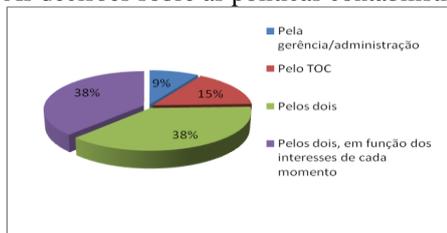
Sócio/accionista com posição maioritária em 62% dos casos. Para o exercício desta função por sócio/accionista com posição minoritária não foi identificado nenhum registo e, para o exercício por outro nomeado para o efeito, apenas um número muito reduzido (11%). Estes resultados permitem concluir que a propriedade e a gestão se encontram concentradas.

8. Os gerentes/administradores são todos remunerados. Quantos são:



A gerência/administração está muito concentrada, na medida em que para cerca de 67% dos casos se encontra reduzida a uma só pessoa.

9. As decisões sobre as políticas contabilísticas são tomadas:



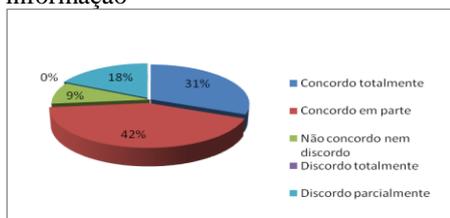
Maioritariamente pelo órgão de gestão e pelo responsável pela contabilidade, registando, com igual peso, a opção por uma decisão conjunta em função dos interesses de cada momento. Recorde-se que de acordo com a EC esta é uma responsabilidade do órgão de gestão. Porém, na amostra considerada, apenas 9% referem ser uma decisão da gerência/administração.

10. A contabilidade é preparada



Com base em critérios económicos e fiscais, mas com maior preponderância dos fiscais (55%), o que revela a forte influência da fiscalidade sobre a contabilidade em Portugal.

11. As opções sobre as políticas contabilísticas são tomadas tendo em atenção os destinatários da informação



Em número não muito significativo, na medida em que somente 31% dos inquiridos concorda totalmente com esta afirmação. 42% afirmam concordar em parte e 18% discordar parcialmente.

12. De acordo com os destinatários a seguir apresentados diga qual a importância da contabilidade:

Muito importante

Importante

Nada importante



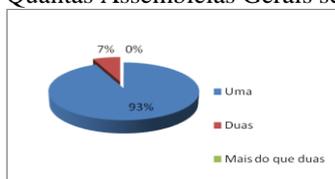
Dos resultados obtidos permitimo-nos concluir que os principais destinatários da contabilidade são o fisco (33%), a banca (31%) e o Estado (25%), ao obterem a esmagadora maioria das respostas na escala “muito importante”.

13. Quando é que se encontram definitivamente encerradas as contas da sua empresa:



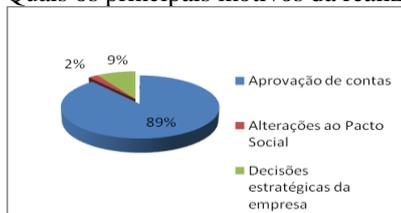
Para 49% dos casos as contas ficam encerradas até 31 de Março, sendo que apenas 4% dos inquiridos assumiram dispor de contas definitivamente encerradas após 31 de Maio.

14. Quantas Assembleias Gerais se realizam por ano na sua empresa



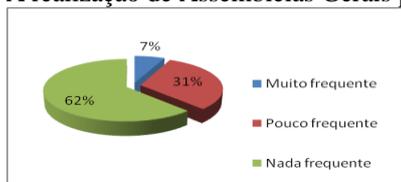
A esmagadora maioria dos inquiridos (93%) admite realizar apenas uma Assembleia Geral por ano.

15. Quais os principais motivos da realização da Assembleia Geral



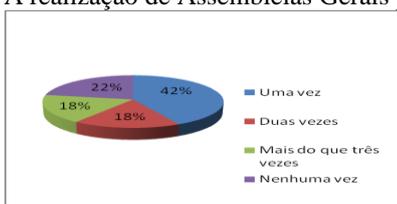
Assembleias Gerais são maioritariamente realizadas para aprovar contas (89%). Em apenas 9% dos casos têm como motivação a discussão de decisões estratégicas para a empresa.

16. A realização de Assembleias Gerais para a tomada de decisões estratégicas é:



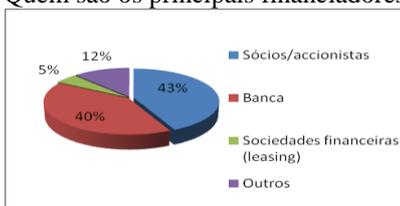
Muito rara, na medida em que apenas 7% dos inquiridos as assume como uma prática regular.

17. A realização de Assembleias Gerais para alterações ao Pacto Social ocorreu:



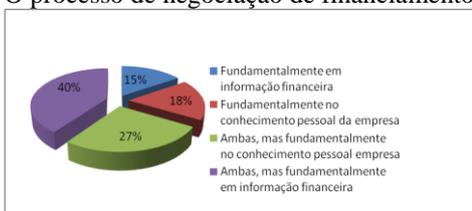
Uma vez para um número significativo de inquiridos (42%) e nunca para 22%.

18. Quem são os principais financiadores:



São os sócios/accionistas, em 43%, seguidos da banca, com 40% de respostas.

19. O processo de negociação de financiamento assenta:



No conhecimento pessoal da empresa (18%), em informação financeira (16%) e em ambas, mas fundamentalmente na informação financeira, para 40% dos inquiridos, o que nos leva a concluir pela grande importância do utilizador “banca”.

20. Com que frequência é costume apresentar-se informação contabilística aos bancos onde se obteve financiamento:



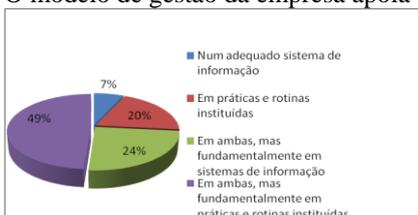
Com muito pouca frequência, na medida em que 89% dos inquiridos assumem apresentá-la somente a pedido do banco. Apenas 7% dizem fazê-lo uma vez por ano.

21. As decisões de investimento assentam:



Fundamentalmente na intuição do empresário/gestor (34%), fundamentalmente em informação financeira (9%) e em ambas, mas com maior peso da intuição, o que nos leva a concluir pela reduzida importância da informação financeira para o processo de tomada de decisão.

22. O modelo de gestão da empresa apoia-se:



Num adequado sistema de informação para apenas 7% dos casos, em práticas e rotinas instituídas para 20% e em ambas, ainda que com maior peso para as práticas e rotinas instituídas, para 49% dos casos, o que reforça as conclusões extraídas na questão 21.

23. Encara a preparação da informação financeira:



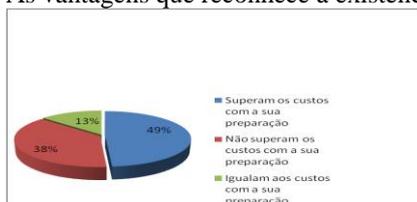
Quer como um imperativo legal quer como uma necessidade de gestão, não tendo sido possível identificar qualquer tendência.

24. Numa hipótese de dispensa da obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, admite:



A hipótese de deixar de ter contabilidade organizada é impensável para 78% dos inquiridos, o que nos permite concluir que, não obstante se tratar de pequenas e muito pequenas empresas, reconhecem indispensável dispor de um sistema de contabilidade organizada.

25. As vantagens que reconhece à existência de um sistema de contabilidade organizada:



Superam, para 49% dos inquiridos, os custos com a sua preparação, em 13% dos casos igualam o custo e 38% assume que o custo não supera as vantagens.

26. Na sua opinião, um bom Técnico Oficial de Contas (TOC) é aquele que:



Prepara a informação financeira para cumprir com a lei e com as obrigações fiscais (62%) e para poder obter mais vantagens fiscais (16%), o que reforça a evidência sobre a importância da fiscalidade no momento de tomar decisões para a preparação da informação financeira.

27. O cálculo da depreciação/amortização dos activos fixos tangíveis tem por base:



Maioritariamente (60%), a legislação fiscal. Apenas 16% dos inquiridos assume fazê-las com base em critérios de base económica.

28. Reavaliações dos activos fixos:



São uma prática pouco comum, com 67% dos inquiridos a assumir nunca serem feitas.

29. O reconhecimento de imparidades:



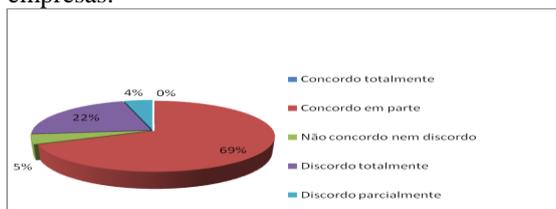
Ou não acontece (33%) ou apenas quando são aceites para efeitos fiscais (58%), o que reforça a evidência da preparação da informação em função de critérios fiscais.

30. O reconhecimento de provisões para obrigações futuras:



Não é uma prática corrente, a maioria dos inquiridos (60%) diz não constituir provisões.

31. O POC não apresentava uma resposta adequada para as necessidades de informação de muitas empresas:



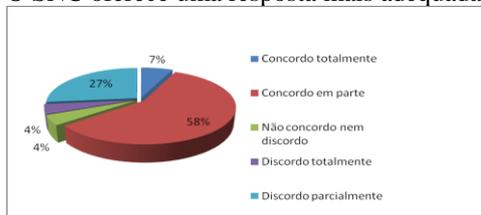
Para apenas 4% dos inquiridos, na medida em que a esmagadora maioria (69%) diz concordar em parte com a afirmação.

32. O SNC produziu uma revolução profunda na organização contabilística das empresas:



Para apenas 7% dos inquiridos porque 58% diz concordar em parte.

33. O SNC oferece uma resposta mais adequada às necessidades de informação das empresas:



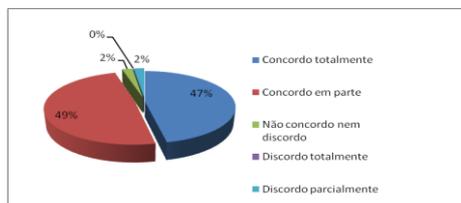
Em concordância com os resultados obtidos para a resposta anterior, apenas 7% dos inquiridos consideram que o SNC se oferece como uma resposta mais adequada.

34. A informação a produzir com base no SNC apresenta:



Um padrão de qualidade superior, quando comparado com o POC, para 53% dos inquiridos e igual padrão de qualidade para os restantes 47%.

35. O SNC veio aumentar as exigências de qualificação e formação dos profissionais:



Para 47%. Uma percentagem significativa (49%), diz concorda em parte, o que nos permite concluir para a existência de um grande cepticismo relativamente ao SNC.

3.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Do trabalho realizado permitimo-nos extrair, genericamente, os seguintes resultados:

1. Estamos em presença de uma amostra formada por entidades de pequena e muito pequena dimensão e, por isso, suficientemente representativa do tecido empresarial português. Recorde-se que Portugal, à semelhança da maioria das economias europeias, apresenta um tecido empresarial maioritariamente formado por PME e, dentro destas, maioritariamente, cerca de 97%, por pequenas entidades;
2. Com uma estrutura societária dominada por sociedades por quotas, geridas por um a dois sócios com posição maioritária, o que nos permite concluir que a propriedade e a gestão concentradas e num número reduzido de pessoas;
3. As decisões sobre a definição das políticas contabilísticas são partilhadas pelo órgão de gestão e o responsável pela contabilidade e tendem, em número representativo (38%) a reflectir os interesses da entidade em cada momento;
4. Este resultado contraria a interpretação da doutrina, que defende que a definição das políticas contabilísticas deve reflectir as escolhas que melhor concorram para ver observado o corolário da “representação apropriada” da entidade;
5. Em concordância, pudemos observar que a maioria das empresas prepara a contabilidade atendendo, preferencialmente, a critérios de índole fiscal;
6. Em sintonia com este resultado, e no que respeita ao grau de importância dos utilizadores da informação financeira, numa escala que varia entre muito importante e nada importante, o fisco surge caracterizado por 33% dos inquiridos como um utilizador muito importante, seguido da banca (31%) e do Estado (25%);
7. A utilização da informação financeira para fins que não seja o cumprimento de obrigações de índole fiscal e comercial é muito reduzida;
8. As decisões de investimento assentam, fundamentalmente, na intuição do empresário, na medida em que um número reduzido de empresas, apenas 9% dos inquiridos, dizem fazê-lo com base na informação financeira;
9. Em concordância, apuramos que o modelo de gestão das empresas se apoia, em 49% fundamentalmente, em práticas e rotinas instituídas;
10. O processo de financiamento com a banca, identificada como um financiador importante, com um peso de 40% na estrutura dos capitais, imediatamente a seguir aos sócios/accionistas, não obstante assentar em informação financeira, apoia-se bastante no conhecimento pessoal da empresa. Esta conclusão é reiterada com a constatação de que a entrega de informação financeira à banca apenas acontece a pedido desta, ou seja, de forma discreta e não regular ao longo do ano;
11. Um número significativo de inquiridos, cerca de 62%, considera que um bom Técnico Oficial de Contas é aquele que prepara a informação para cumprir com a lei e com as obrigações fiscais;
12. As questões 26 a 28 confirmam a grande influência da fiscalidade na contabilidade, na medida em que num número significativo de empresas os critérios de índole fiscal prevalecem sobre os critérios de natureza económica. Neste particular, foi-nos possível constatar que o cálculo das depreciações/amortizações é maioritariamente feito a partir da legislação fiscal (60%), que as reavaliações acontecem de forma discreta e muito esporádica. 67% das empresas inquiridas assumem nunca serem feitas reavaliações do activo fixo, 58% a admitirem o reconhecimento de imparidades somente para os casos em que são aceites para efeitos fiscais, ou seja, em observância exclusiva ao preceituado no CIRC, e que o reconhecimento de provisões não é uma prática corrente, com 66% a assumirem que normalmente não são constituídas provisões;
13. As respostas obtidas para as questões 31 a 35 confirmam uma reduzida necessidade de informação financeira nestas empresas. Quando questionadas sobre a incapacidade do POC para oferecer uma resposta adequada a empresas com maiores exigências informativas, a maioria dos inquiridos parece não concordar totalmente com a afirmação. Os resultados apresentam-se semelhantes quando

questionados sobre a maior valia do SNC, relativamente ao POC, no que respeita à informação produzida.

4. CONCLUSÕES

Do trabalho realizado sobressaem, como elementos de maior relevância:

- i. Que a preparação da informação financeira implica apreciações e opções, tornando-a dependente da envolvente onde a entidade que a prepara actua;
- ii. Nessa concordância, a selecção e aplicação dos critérios contabilísticos, para a produção da informação financeira, são conjecturadas, ou seja, resultam da necessidade de ponderar a informação face aos interesses dos utilizadores; e
- iii. Que a importância dada à informação financeira, fundamentalmente, as maiores necessidades e exigências no momento da sua preparação dependem das características da envolvente em geral e das do tecido empresarial em particular.

A estas convicções acresce, como resultado da nossa componente de investigação:

- iv. Que em Portugal a empresa padrão é do tipo micro e pequena entidade e com necessidades de informação muito específicas e direccionadas;
- v. Com um sistema de informação cujos objectivos, genericamente, não vão para além da necessidade de dar cumprimento a obrigações de índole comercial e fiscal, o que faz com que não sintam necessidade de dispor de sistemas de informação muito desenvolvidos;
- vi. Que há uma grande ingerência da fiscalidade na preparação da informação financeira; e
- vii. Que a informação financeira é preparada para um utilizador standard que, no caso português, em sintonia com as características do tecido empresarial, é a Administração Fiscal (vulgo fisco).

Porém, como referimos aquando da definição da metodologia, finalidades a prosseguir e suas limitações, as conclusões extraídas do trabalho realizado carecem ser interpretadas no quadro de um estudo exploratório e, por isso, sem perder de vista as limitações da nossa amostra. Por isso, as conclusões agora apresentadas não devem ser assumidas como verdades inquestionáveis mas antes como um ponto de partida para estudos posteriores, sustentados em amostras mais amplas e dispersas. Ou seja, um maior alcance que possa vir a ser dado a estas conclusões e o ultrapassar das dificuldades sentidas poderá acontecer com investigação contínua, em que trabalhos posteriores poderão validar ou alterar as conclusões deste nosso estudo.

5. BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, D., BRITTON, A., e JORISSEN, A. (2007); *International Financial Reporting and Analysis*, 3rd Edition, Thomson Learning
- ALFREDSON, K., LEO, K., PICKER, R., PACTER, P. e RADFORD, J. (2005); *Applying International Accounting Standards*, Wiley.
- AMORIM, J. L. (1968); *Digressão através do vetusto mundo da contabilidade*, Livraria AVIS, Porto, Portugal.
- ANG, J. S. (1991); "Small Business Uniqueness and the Theory of Financial Management", *The Journal of Small Business Finance*, Vol. 1, n.º 1, pp. 1-13.
- BENTO, M. (2005); *Plano Oficial de Contabilidade Explicado*, 27.ª Edição, Porto Editora, Porto.
- BERGSMAN, S. (1992); "Accounting for Small Business", *Black Enterprise*, Vol. 23, n.º 4, November.
- BRAZ MACHADO, J. R. (1998); *Contabilidade Financeira. Da perspectiva da Determinação dos Resultados*, Edição da ProTOContas, Lisboa.
- CARMO, H. e FERREIRA, M. M. (1998); *Metodologias de investigação – Guia para auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- CARQUEJA, H. O. (2007); "Teoria da contabilidade – uma interpretação", *Revista de Estudos Politécnicos*, vol. IV, n.º 7, 007-040.
- CARVALHO, A. J. (1984); "A contabilidade no passado e no presente – suas relações com a fiscalidade", *Revista de Contabilidade e Comércio*, n.º 192, Vol. XLVIII, Outubro.
- COHEN, D. A. (2003); "quality of Financial Reporting Choice: Determinants and Economic Consequences", <http://www.ssrn.com>.
- COHEN, L. MANION, L. e MORRISON, K. (2007); *Research methods in education*, 6ª ed., Routledge, Londres.
- COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA; www.cnc.min-financas.pt
- CRAVO, D. (1991); "Considerações em torno do paradigma da utilidade", *Actas das IV Jornadas de Contabilidade*, ISCAA, Aveiro, 17 a 19 de Outubro.
- CRESWELL, J. W. (2007); *qualitative inquiry and research design: choosing among five approaches*, Thousand Oaks.
- DECHOW, P. M., RICHARD, G. S. e AMY, P.S. (1995); "Detecting Earnings Managements", *The Accounting Review*, Vol. 70, n.º 2, pp. 193-225.
- DOUPNIK, T. e SALTER, S. (1995); "External environment, culture and accounting practice: a preliminary test of a general model of international accounting development", *International Journal of Accounting*, 30, 3.
- DOUPNIK, T. e SALTER, S. (1996); "Causes and Consequences of Earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC", *Contemporary Accounting Research*, Vol. 13, n.º 1, pp. 1-36.

- FERNANDES FERREIRA, R. (1997); “Busca de conciliação entre Direito da Contabilidade e direito da Fiscalidade”, in *Gestão, Contabilidade e Fiscalidade*, Editorial Notícias, Lisboa.
- FERNANDES FERREIRA, R. (2002); “Homenagem aos Professores Caetano Léglise da Cruz Vidal e Camilo Cimourdain de Oliveira”, in *Encruzilhadas*, Edição CTOC, Lisboa.
- FERNANDES FERREIRA, R. (2002); “Conciliar contabilidade e fiscalidade”, *Revista TOC*, n.º 32, Novembro.
- FERNANDES FERREIRA, R. (2003); *Fiscalidade e Contabilidade, Estudos críticos, Diagnósticos, Tendências*, Editorial Notícias, Lisboa.
- FERNANDES FERREIRA, R. (2004); “Contabilidade e fiscalidade – articulações”, *Revista TOC*, n.º 54, Setembro.
- FERNANDES FERREIRA, R. (2006); “Estará o fisco a prejudicar a evolução contabilística”, in *Revista Electrónica INFOCONTAB*, 15 de Dezembro.
- GADENNE, D. (1998); “Critical success factors for small business: an inter-industry comparison”, *International Small Business Journal*, Vol. 17, n.º1, pp.36-51.
- GARCIA, T. MÚÑOZ (2003); *El cuestionario como instrumento de investigación/evaluación*, <http://personal.telefonica.terra.es/web/medellinbadajoz/sociologia>.
- GASTIL, R. D. (1978); *Freedom in the world – Political, Rights and civil Liberties*, Freedom House, New York.
- GRAY, S. J. (1988); *Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally*, Abacus, pp. 1-15, in <http://www.sciencedirect.com>.
- HAMILTON, R. T. e FOX, M. A. (1998); “The financing preferences of small firms owners”, *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, Vo. 4, n.º 3, pp. 239-248.
- HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V.(1999); *Teoria da Contabilidade*, Edições Atlas, São Paulo, Brasil.
- IAPMEI (2008); *Sobre as PME em Portugal*, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Direcção de Planeamento e Estudos, Fevereiro, www.iapmei.pt.
- IASC (1989); *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”, *International Accounting Standards Committee*, London.
- IGNÁCIO, J.; JARNE, J.(1997); *Clasificación y Evolución de los Sistemas Contables*, Asociacion Española de Contabilidad y Administracion de Empresas (AECA), Monografías, Madrid.
- IUDÍCIBUS, S., (1997); *Teoria da contabilidade*, 5ª Edição, Atlas, São Paulo, Brasil.
- JAGGI, B. (1975); “The impact of Cultural Environment on Financial Disclosure”, *International Journal of Accounting Education and Research*, Jan, pp. 75-84.
- JAGI, B. L. (1975); “The impact of the cultural environment on financial disclosures”, *International of accounting*, pp.75-84.
- JANSEN, M. C. e MACKLING, W. H. (1976); *Theory of the firm: Managerial behavior, agency cost and ownership structure*”, *Journal of Financial Economics*, Vol. 3, n.º 4, pp. 305-360.
- KASSAI, J. R. e KASSAI, S. (2001); “Balanço perguntado – solução para as pequenas empresas”, *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Custos*, São Leopoldo, 3 a 5 de Outubro.
- KERLINGER, F. N. (1980); *Metodologia de pesquisa em ciencias sociais: um tratamento conceitual*, EPU/EDUSP, São Paulo, Brasil.
- KROEBER, A. L. e KLUCKHOHN (1952); *Culture: A critical review of concepts and definitions* (vol. 47), Harvard University Peabody Museum of American Archeology and Ethnology.
- LEPOUTRE, J. e HEENE, A. (2006); “Investigating the Impact f Firm Size on Small Business Social responsibility: A critical Review”, *Journal of Business Ethics*, 67, pp. 257-273.
- MULLER, G. G. (1967); *International Accounting*, Part I, MacMillan.
- MUELLER, G. G; GERSON, H., MEEK, G. K. (1999); *Contabilidade – una perspectiva internacional*, McGraw Hill (tradução), 4ª Edicion.
- NOBES, C. W. e PARKER, R. H. (2006); *Comparative international accounting*, 9th edition, Prentice-Hall, New York.
- NOBES, C. W. (1998); *Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting*, Abacus 34(2), pp. 162-188.
- PARDAL, L. e CORREIA, E. (1995); *Métodos e técnicas de investigação social*, Areal Editores.
- SÁ, L. A. (1997); *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade*, Vislis Editores, 2.ª Edição, Lisboa.
- SANTIAGO, C. (1997); *Plano Oficial de Contabilidade*, 8.ª Edição, Texto Editora, Lisboa.
- SCHWES, N. (1991); “Contabilidade: ciencia técnica ou arte?”, *Actas das IV Jornadas de Contabilidade*, ISCAA, Aveiro, 17 a 19 de Outubro.
- SCHOLES, M. S., WILSON, G. P. e WOLFSON, M. A. (1990); “Tax planning, regulatory capital planning and financial reporting strategy for commercial banks”, *Review of Financial Studies*, n.º 3, pp. 625-650.
- TUA PEREDA, J. e GONZALO ANGULO, J. A. (1988); *Introducción a la contabilidad internacional*, Monografía 14 del Instituto de Planificación Contable, Madrid.
- TUA PEREDA, J. (1995); *Lecturas de Teoria e Investigación Contable*, Ed. Centro Interamericano Jurídico-Financiero, Medellín.
- TUA PEREDA, J. (2000); “El marco conceptual: los mismos perros con diferentes collares?”, *Boletín AECA*, Abril-Julio, AECA, Madrid.
- VANDEKERCKHOVE, W. e DENTCHEV, N. A. (2005); “A Network Perspective on Stakeholders Management: facilitating Entrepreneurs in the discovery of opportunities”, *Journal of Business Ethics*, 60, pp. 221-232.
- WAHRISCH, M. (2001); *The Evolution of International Accounting Systems*, Peter Lang, Frankfurt.
- ZEFF, S. A. e KELLER, T. (1985); *Financial Accounting Theory – Issues and Controversies*, McGraw-Hill Book Company, 3rd, Edition, New York.